

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

**PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**Nº 004/2022 – Tipo presencial**

**IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA.**, por seu procurador abaixo assinado, no processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 41 da Lei 8.666/93 **IMPUGNAR** o Edital de Licitação em referência, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

**1. DO OBJETO**

O Município de São José do Vale do Rio Preto oficializou a abertura de licitação na modalidade pregão, para registro de preços para aquisição de gases (oxigênio líquido caminhão tanque, ar comprimido, oxigênio gasoso, óxido nítrico e oxigênio medicinal em cilindro portátil de 1 m<sup>3</sup>), para ser utilizado no hospital maternidade Santa Terezinha em atendimento da secretaria municipal de saúde, nos termos do edital e anexos.

**IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA.**

MATRIZ: AV. ANTONIETA PIVA BARRANQUEIROS, 150 – BLOCO A - DISTRITO INDUSTRIAL – JUNDIAÍ – SP – CEP 13213-009  
TEL.: (11) 2136-8534 - FAX: (11) 4582-6201 – SITE: [www.ibg.com.br](http://www.ibg.com.br) - E-mail: [ibg@ibg.com.br](mailto:ibg@ibg.com.br).

Ocorre que, conforme se comprovará, o referido instrumento convocatório possui inúmeras falhas, que deverão ser sanadas, sob pena de restringirem a concorrência, denegando o procedimento com o vício da nulidade.

## **2. DA LICITAÇÃO**

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, que será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, tal como leciona o artigo 3º da Lei 8.666, de 21.06.1993.

Em que pese o reconhecido esmero de todos servidores desse órgão licitante, cumpre ressaltar que as irregularidades contidas no edital representam óbice à participação de muitos concorrentes com propostas vantajosas à Administração, o que atenta contra a exigência legal de preservação do caráter competitivo do procedimento licitatório, como a seguir se comprovará.

## **3. DA IRREGULARIDADE**

### **3.1 – Dos Documentos de habilitação**

No item 4.3.7. D, Vossas Senhorias solicitam que o licitante apresente Certidão ou Registro no Conselho Regional de Farmácia do responsável técnico farmacêutico da empresa inscrito no Conselho de sua jurisdição;

***D – Apresentar Certidão ou Registro no Conselho de Farmácia do Responsável Técnico Farmacêutico da empresa inscrito no Conselho de sua jurisdição.***

Ocorre que, referida exigência não possui qualquer embasamento legal, à medida que, conforme NOTA TÉCNICA – NT Nº 015/2012/UNAFE/GGIMP/ANVISA, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012 promulgada pela ANVISA, cuja constatação pode ser conferido no link abaixo, a ANVISA promulgou a prerrogativa das empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais escolherem o profissional Responsável Técnico.

[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/b7866b804d1ff61ca4f1f64031a95fac/Nota+Tecnica+015+2012+UNAFE\\_GGIMP.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/b7866b804d1ff61ca4f1f64031a95fac/Nota+Tecnica+015+2012+UNAFE_GGIMP.pdf?MOD=AJPERES).

Constata-se, portanto, que a referida exigência no edital é desarrazoada!

À luz do disposto pela ANVISA, os licitantes podem optar pelo profissional habilitado pelo Conselho de Farmácia ou Química.

Assim, Vossas Senhorias só poderão requerer a apresentação de uma única Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe, CRF **ou** CRQ, conforme a escolha feita por cada empresa participante.

É importante destacar que o artigo 30 da lei de licitações estabelece, **taxativamente**, as formas de aferição da qualificação técnica das licitantes, conforme se verifica:

*“Art. 30 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*(...)*

*II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.*

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas ou jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

(...)

§ 5º **é vedada a exigência de comprovação** de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou época ou ainda em locais específicos, **OU QUAISQUER OUTRAS NÃO PREVISTAS NESTA LEI, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**".

É inegável que, assim como o artigo 27 da Lei de Licitações limita as exigências que a Administração Pública pode fazer na fase de Habilitação da empresa ao procedimento licitatório, o artigo 30 destina-se a especificar o que pode ser exigido como quesito de qualificação técnica na licitação, em termos não só de "aptidões" necessárias à execução do objeto que a licitante deve possuir, como também de documentação exigida para comprová-la.

Para além dessas exigências, a Lei faculta à Comissão apenas a possibilidade de "*promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo*" (art. 43, § 3º da Lei 8.666/93).

Na ausência de qualquer previsão legal expressa da possibilidade de comprovação de qualificação técnica, entende-se abusiva e ilegal a referida exigência.

Ressalte-se que este entendimento não é fruto de uma leitura excessivamente formalista e restritiva da Lei 8.666/93, mas encontra amparo na própria Constituição Federal e na interpretação doutrinária dominante acerca do disposto no artigo 30 da Lei de Licitações.

É o que prevê a parte final do inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República:

*“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.*

Portanto, as exigências legais são, por determinação do Art. 37, XXI, *in fine*, da CF, apenas as indispensáveis ao cumprimento da obrigação. Ademais, são de natureza taxativa e não exemplificativa, de maneira que tudo o que for exigido além do legalmente previsto não possui legitimidade frente ao ordenamento jurídico, motivo pelo qual deve ser tido como nulo, por expressa contrariedade aos limites da lei (princípio da legalidade).

Este ato convocatório viola o princípio da isonomia, pois prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração, impondo requisitos desproporcionados com necessidades da futura contratação adotando discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais.

Ademais, cumpre ressaltar que a Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar.

Com efeito, a exigência de que trata o inciso II do artigo 30 da lei 8.666/93, quanto à capacitação técnica da empresa licitante, deve ser o mínimo necessário à garantia do cumprimento das obrigações, sendo, portanto, vedado à Administração fazer exigências além das previstas na lei de licitações.

Consentâneo ao diploma constitucional, qualquer exigência ao cumprimento das exigências de qualificação técnica que desbordem do diploma legal, devem vir acompanhadas, necessariamente, de estudo técnico, bem como comprovação quanto à metodologia adotada pela Administração que justifiquem as exigências para o cumprimento do objeto.

Deste modo, cabe citar disposições do TCU:

*"Ao inserir exigência de comprovação de capacidade técnica de que trata o art. 30 da Lei 8.666/1993 como requisito indispensável à habilitação das licitantes, consigne, expressa e publicamente, os motivos dessa exigência e demonstre, tecnicamente, que os parâmetros fixados são adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implica restrição do caráter competitivo do certame".*  
Acórdão 668/2005 Plenário

*Ao inserir exigências de qualificação técnica, consigne os motivos de tais exigências e atente para que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, de modo a atender o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como o art. 30 da Lei n.º 8.666/1993.*

Acórdão 1390/2005 Segunda Câmara

*As exigências mínimas relativas a pessoal técnico especializado, considerado essencial para o cumprimento do objeto da licitação, devem ser atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, em obediência ao § 6º do art. 30 da Lei nº 8.666/1993.*

Acórdão 1351/2003 Primeira Câmara

*Nos futuros certames licitatórios abstenha-se de exigir Certificados da série ISO 9000 como item de inabilitação dos participantes, devendo, para a habilitação técnica, os requisitos técnicos serem especificados de acordo com as normas da (...), de modo a comprovar a capacidade de produzir bens e serviços que atendam às normas de segurança exigidas para o tipo de atividade desenvolvida, as quais devem ser de inteiro conhecimento da própria (...), buscando-se a qualidade real do produto, não certificações que podem auxiliar a garantir essa qualidade, mas não*

*garantem que outros que não a possuem não tenham a capacidade para atender ao interesse público, sob pena de comprometer o caráter competitivo do procedimento. Decisão 1526/2002 Plenário.*

*(...) as exigências de quantidades de atestados para a comprovação técnica têm por parâmetro as condições peculiares do objeto licitado, tal como definido em seu projeto básico, desde que não se imponham limitações desnecessárias com a inequívoca finalidade de comprometer a amplitude do rol de interessados em participar da licitação.*

*Acórdão 1049/2004 Plenário*

Isto posto, deve haver proporcionalidade entre a exigência do edital, a norma constitucional e da lei de licitações, cujo conteúdo do diploma legal, cabe reproduzir abaixo:

*"Art. 30 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do caput deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*

*I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade*

*técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos";*

#### **4. DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, requer seja recebida e julgada a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, com a concessão de efeito suspensivo, que lhe é facultada pelo art. 109 §2º da Lei n 8.666/93, para que sejam acolhidas as fundamentações explanadas, como medida de direito.

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de não modificado o dispositivo editalício impugnado, tal decisão certamente não prosperará perante o poder judiciário, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas da União.

Posteriormente, pugna-se pela republicação do Edital, com a reabertura dos respectivos prazos, em obediência ao art. 21, § 4º da Lei 8.666/93.

Jundiaí, 08 de fevereiro de 2022.

**IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA**